

OBSCURECIDOS, PRETERIDOS OU IGNORADOS DA LITERATURA BRASILEIRA MODERNA

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

O dossiê ora publicado traz consigo a orientação de rever a própria materialidade das obras tal como foram postas em circulação, bem como sua recepção crítica, não raro incompatível com sua designação de artefato estético e histórico ou, ao menos, tal como vigora seu entendimento nos dias atuais. As peculiaridades autorais e sua repercussão junto ao público haverão de ser sempre assimétricas, mas sem pretender colocar na mesma planura o que é diverso ou instaurar uma leitura arrevesada da tradição instituída, importa asseverar que as valorações mudam com o tempo e com os sujeitos envolvidos. Por agora, o interesse em chamar a atenção para autores pouco frequentados por leitores especializados implica levantar alguma luz sobre os critérios ou parâmetros acionados, ocasionalmente, quando pretendemos usar conceitos correlatos ao da modernidade. A considerar que o processo de modernização no Brasil foi incontornavelmente controverso, tal como continua sendo, a tarefa que se nos coloca implica sempre em uma tomada de postura, do que estamos conscientes e não nos isentamos por aqui.

De acordo com a proposição, as submissões atenderam à orientação de destacar “vozes anteriores ou posteriores” ao marco que se definiu como propulsor do modernismo no Brasil, a saber, a Semana da Arte Moderna, cujo centenário foi em 2022 devidamente aclamado, e, resgataram figuras autorais e obras que do final do século XIX aos anos 50 do século XX. De formas e perspectivas diversas, sintetizaram propostas que foram preteridas ou ignoradas pelos estudos literários de sua época ou ainda hoje, elencando obras e autores de propostas sortidas. No conjunto dos estudos que aqui são publicados, vale anotar a prevalência por discussões que se dedicaram a analisar registros críticos e historiográficos que mereciam ser redimensionados. De fato, a proposta do dossiê de revisar a recepção de obras e autores, notadamente de um momento literário de intensa atividade criativa e crítica, naturalmente encontrou um fecundo desdobramento em investigações que se dispuseram a reexaminar as próprias formulações da crítica literária e como tais enunciados ecoaram tanto na historiografia literária como nas premissas que

dali advieram. Por isso, não estranha que a maior parte das submissões se afinaram com esse pressuposto, sinalizando a indubitável necessidade de se discutir e rediscutir o exercício crítico, bem como as razões pelas quais a recepção não conseguiu entabular um discurso minimamente congruente com determinadas obras e autores que, por motivos variegados, não ressoaram junto ao público, em meio ao qual a crítica faz as vezes de leitor especializado.

Tal como se apresenta, o dossiê se inicia com uma discussão sobre um dos intelectuais brasileiros de inventividade inquestionável e de circulação internacional, e que hoje, ignorado em nossos estudos, foi objeto de uma proposta de revitalização da leitura de sua obra por Éverton Barbosa Correia, no artigo “**Eduardo Prado, autor de *A ilusão americana***”, livro publicado originalmente em 1895, cuja segunda edição mereceu prefácio de Rui Barbosa em 1953. Em seu estudo, Correia realça como o autor, tido como “uma das vozes mais efetivas na projeção da literatura brasileira na Europa”, tornou-se uma referência extraviada nas reflexões sobre a literatura e sobre a cultura brasileira. O estudioso destaca em seu texto o ensaio *A ilusão americana*, considerando a relação da obra e do autor com a leitura e com a escrita de Eça Queiroz, sob cuja interlocução poderia se iluminar a obra do ensaísta brasileiro.

Ainda dentro do âmbito das últimas décadas do século XIX, o artigo “**Pardal Mallet, naturalismo e modernidade no Brasil oitocentista**”, de Leonardo Mendes, propõe revisar a recepção crítica do naturalista João Carlos Pardal de Medeiros Mallet (1864-1894), romancista que se situa hoje em zona sombria, contígua ao esquecimento, tendo sido, no entanto, uma das expressões mais célebres de sua época. Mendes atribui a Mallet uma “concepção alternativa” do romance naturalista, notadamente em seus dois romances *Hóspede* e *Lar*, que, ao se absterem das delimitações que cercavam esse gênero pelos críticos oficiais da época, a saber, a solidez dos cenários e a proeminência da ação dramática, impeliu o autor e suas obras a um obscurecimento e à diluição de seus registros na historiografia literária.

O artigo de Álvaro Santos Simões Júnior, “**Entre a lucidez e a obnubilação: a crítica pró-simbolismo em periódicos do Rio de Janeiro (1899-1901)**”, voltou-se para as abordagens críticas sobre Cruz e Sousa no período de 1899 a 1901, ou seja, no momento seguinte a sua morte, quando foram organizadas homenagens e publicações de obras póstumas do poeta. O estudo de Simões Júnior destaca que, em contraponto a

críticos de importância na época – como José Veríssimo, Artur Azevedo e Medeiros e Albuquerque, ou às orientações de um cânone proveniente de instituições acadêmicas –, circulavam algumas manifestações críticas, as quais foram denominadas pelo autor do artigo como “crítica de sustentação” ao simbolismo. O articulista apresenta considerações sobre essa “outra” crítica, que supostamente se propunha uma “interpretação ‘criativa’ para uso dos criadores”, e levanta a hipótese de que lhe faltava, da mesma forma, critérios seguros e regulares que norteassem seus exercícios críticos.

Em relação aos artigos que se voltaram para expressões do século XX, Luiz Carlos Santos Simon em “**Breve panorama do romance brasileiro dos anos 1920**” aborda a recepção de romances publicados entre 1920 a 1929, e traz à cena alguns ficcionistas específicos, que, por um motivo ou outro, não encontram hoje visibilidade nos estudos da área, tais como os paulistas Menotti del Picchia, Monteiro Lobato e Léo Vaz; os pernambucanos Lucilo Varejão, Mário Sette e Luiz Delgado; os baianos Afrânio Peixoto e Xavier Marques; os cariocas Gastão Cruls e Chrysanthème; e o mineiro Godofredo Rangel. Na tentativa de efetivar uma perspectiva revisionista, o autor do artigo investiga as histórias literárias escritas a partir dos meados do século XX, e, nesse viés metodológico, cogita sobre as tendências e problemas da atividade historiográfica no Brasil, mais efetivamente no que se refere ao posicionamento no cânone dos romances que tangenciaram a virada da República velha.

Também sobre esse gênero nas primeiras décadas do século XX, em “**O desvanecimento dos romances intimistas dos anos 30: entre a inutilidade do eu e a ideologia política**”, Samara Inácio Silva e Manoel Freire Rodrigues analisam o romance intimista de autores que usualmente são tidos como pertencentes à geração de 30 do Modernismo brasileiro, e conjecturam sobre obras que divergiram das orientações do que foi considerado pela crítica relevante ao cânone dessa geração, tendo sido, por esse motivo, ignoradas dos registros historiográficos e/ou didáticos da literatura da época. Para os autores, tal obscurecimento se deu especialmente pela polarização política que averbou um juízo de valor negativo às obras de feição intimista, associando-as a posicionamentos de direita, o que se contrapunha aos regionalistas, que se voltavam para os conflitos sociais. O resultado disso teria sido uma “secundarização” dessas obras, que o estudo pretende revisitar e redimensionar, no cotejo de alguns pesquisadores de referência.

Em uma outra chave, mas sem se desatrelar do impacto das mediações críticas, alguns artigos se voltaram para casos específicos, como o artigo “**Palimpsesto surreal em *Gritos bárbaros***”, de Mario Newman de Queiroz, o qual aborda o poema “Os subterrâneos”, de Moacyr de Almeida, do início do século XX, em um estudo fundamentado na hipótese de que haveria a composição de um palimpsesto dessa obra com o poema de Castro Alves, “Navio negreiro: tragédia no mar”. O termo “palimpsesto”, emprestado da teoria de Genette em *Palimpsestes*, implicaria na duplicidade de um objeto, que apresentaria um texto no qual outro se lhe superpõe, sem, no entanto, ocultá-lo, o que Queiroz demonstra em seu detalhado estudo do poema de Almeida. Mais do que isso, o articulista percebe na obra do hoje ignorado poeta, que na década de 20, aliás, foi popular e reverenciado, junto à forte ressonância de imagens românticas certa aproximação com o surrealismo europeu, que, no início do século XX, já estava se delineando como uma das principais orientações estéticas das expressões artísticas ocidentais.

O artigo “**De *Cacau* (1933) a *São Jorge dos Ilhéus* (1944): a memória da recepção crítica da literatura de Jorge Amado no século XX**”, de José Otávio Monteiro Badaró Santos e Marcello Moreira, ao se centrar na recepção autoral, volta-se para a recepção crítica de seis romances de Jorge Amado, notadamente *Cacau* (1933), *Suor* (1934), *Jubiabá* (1935), *Mar morto* (1936), *Capitães da areia* (1937), *Terras do sem fim* (1943) e *São Jorge dos Ilhéus* (1944). Santos e Moreira intentam no estudo discutir, por meio da noção “memória da recepção crítica”, proveniente de Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser, a leitura crítica que impingiu a perspectiva de uma obra “tributária da realidade social”, que teria como principal missão referenciar as estruturas da sociedade baiana na primeira metade do século XX, e que impingiria ao autor e sua obra o rótulo de “literatura menor”.

No estudo de Maria Cristina Batalha, “**A quebra de paradigmas em *Dona Guidinha do Poço*, de Manuel de Oliveira Paiva**”, o recorte temporal proposto pelo dossiê se encontra e se amalgama. O artigo propõe discutir os aspectos com que essa obra de 1891, publicada no entanto somente na década de 1950, subverte os parâmetros narrativos de sua época, indicando aquilo que a autora entende como uma “modernidade surpreendente”. Batalha afirma a hipótese de que a obra já nesse momento indicaria as fissuras dos modelos canônicos do final do século XIX, isto é, o romance realista-

naturalista, e anteciparia alguns vieses estruturais do romance moderno, o que poderia ter sido motivo de seu obscurecimento e tardio reconhecimento.

O conjunto dos artigos não somente confirma a propositura de que as expressões modernas foram mais variadas e alargadas que determinada sistematização canônica propulsionou, mas também que se faz necessário aos estudos literários, para fazer jus à dinâmica literária, uma predisposição à atualização e à revisão constante, que iluminem e ampliem o repertório merecidamente digno de novas leituras e estudos.

João Pessoa, novembro de 2022.

Elaine Cristina Cintra
Éverton Correia Barbosa
(Organizadores do dossiê)